

Haddad recua da decisão de extinguir Perse, programa para setor de eventos

Ministro diz que governo enviará ao Congresso projeto de lei para elaborar plano 'mais focado'

Adriana Fernandes
e Victoria Arevedo

BRASÍLIA. O ministro Fernando Haddad (Fazenda) recuou da decisão de extinguir o Perse (Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos) e afirmou, nesta terça-feira (5), que irá enviar um projeto de lei com urgência constitucional para elaborar um programa "mais focado". O ministro deu as declarações após ter participado, pela manhã, de reunião com líderes da Câmara e o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL). No Congresso, parlamentares vinham defendendo o programa em reuniões com o governo — que estima uma renúncia de R\$ 13 bilhões com o programa em 2023.

"Nós saímos da reunião agora com a lição de casa de fazer o desenho de como contemplar essas exclusões e com foco em eventuais segmentos que ainda não foram, não passaram por uma recuperação", afirmou Haddad.

Segundo o ministro, a ideia é elaborar uma versão do Perse voltada aos setores empresariais com mais necessidade. "Focada naqueles segmentos que ainda exigem algum cuidado", disse.

O Perse é um programa de alívio tributário para o setor de eventos criado durante a pandemia de Covid-19. Após a crise sanitária, no entanto, a medida foi prorrogada pelo Congresso.

Em dezembro, o governo federal enviou uma MP (medida provisória) ao Congresso que, entre outros objetivos, extinguiu o Perse, gerando fortes críticas entre os parlamentares. Na época, a previsão era que a iniciativa gerasse um impacto positivo de pelo menos R\$ 6 bilhões para os cofres públicos.

Autor do projeto de lei que deu origem ao Perse, o deputado Felipe Carreras (PSB-PE), que esteve na reunião com Lira, não saiu um texto em consenso que a ideia é que o programa seja redesenhado "avaliando os segmentos e os representantes de representantes do setor".

"A partir do projeto de lei a



O ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Carlos Corraal - 26. In: 24/Reuters

gente [pode] rediscutir com filtros, traços, enfim, para a gente ter o Perse dentro da sua natureza para o que ele foi proposto, para quem essencialmente tem direito. A gente foi unânime em dizer (que é para) puxar o que tiver utilizado o Perse de forma errada, equivocada. Qualquer tipo de eventual fraude tem de ser punida severamente e exemplarmente", afirmou.

O deputado disse ainda que a ideia é que o projeto de lei "transite até o fim de março". "Não vai ser exatamente do jeito que está [hoje na MP] porque do jeito que estava não ia prosperar, não foi bastante assimido pelo ministro e pelo presidente da Câmara. Através do bom senso político, vai ser enviado um outro texto, que vai ser remodelado às vitórias nossas, pelos líderes, pelo setor produtivo, pelo Ministério da Fazenda, para sair um texto em consenso que a ideia é que o programa seja redesenhado "avaliando os segmentos e os representantes de representantes do setor".

Como a Folha revelou, em entrevista Haddad disse a líderes do Congresso que o programa teria aberto margem para operações de lavagem de di-

neiro de atividades ilícitas. De acordo com relatos de participantes da reunião, desta terça, o tema foi tratado pelo ministro de forma superficial, sem dar mais detalhes ou apresentar dados sobre isso. Haddad afirmou que a MP (que atualmente revoga o Perse, recria prefeituras e limita compensações tributárias), no entanto, será mantida e tem vigor até o final de maio. A previsão é que o projeto de lei constitucional sobre Perse e municípios seja votado antes desse horizonte.

"A MP vai ficar como está, com aquela supressão [do trecho que recriava empresas] feita a pedido do presidente

Rodrigo Pacheco", disse Haddad. "Nós vamos encaminhar um projeto em relação aos municípios e ao Perse com a discussão que foi feita junto aos líderes, que fizeram várias sugestões para enxugar aquilo que eles próprios reconheceram como um completo descontrol do governo", completou.

A manutenção da tramitação da MP antiga é importante para a equipe econômica para poder contabilizar o aumento da receita previsto com o fim do Perse no relatório trimestral de avaliação do Orçamento, a ser enviado ao Congresso no dia 22 de março.

E esse relatório que defini-

Vamos encaminhar um projeto em relação aos municípios e ao Perse com a discussão que foi feita junto aos líderes, que fizeram sugestões para enxugar aquilo que eles reconheceram como um descontrol do governo

Fernando Haddad, ministro da Fazenda

Entenda o que houve com a MP 1.202

- O que saiu da MP? Recriação de 17 setores da economia
- O que fica na MP? Recriação de prefeituras
- Revogação do Perse
- Limite à compensação tributária
- O que vai por projeto de lei, segundo propõe o governo? Novo Perse, mais restrito
- Recriação das prefeituras (governo realiza uma reformulação nesse ponto, para atender municípios conforme a capacidade de cada um)

nirá quanto será necessário bloquear de despesas para o cumprimento da meta fiscal de zerar o déficit das contas públicas em 2024.

Polos cálculos da Fazenda, o fim do Perse renderia R\$ 6 bilhões anuais de arrecadação neste ano, porque boa parte do fim da injeção dos tributos federais se entraria em vigor em 2025.

O ministro afirmou que, no ano passado, a perda de arrecadação com o Perse foi de "mais de R\$ 13 bilhões". Haddad disse que esse valor foi "superado" pelas "eventuais inconsistências dos informes dos próprios contribuintes". O ministro não detalhou que inconsistências seriam essas.

Qualquer que seja o resultado, o ministro não descartou que os R\$ 17 bilhões que Haddad vinha citando, nas últimas semanas, de renúncia fiscal com o programa em 2023. Segundo ele, em 2022, a renúncia foi de R\$ 10 bilhões.

O ministro ressaltou que o custo do programa em 2022 e 2023 (R\$ 2 bilhões) já ultrapassou o valor da renúncia total de R\$ 25 bilhões do acordo feito com o Congresso para o

programa. "Nós já atingimos a marca de quase R\$ 25 bilhões do acordo. E foi isso o que eu levei a consideração do presidente Lira", disse.

Desde a decisão do governo de acabar com a Perse, o presidente da Câmara cobrava do ministro o cumprimento do acordo.

Haddad disse que mandou a Receita fazer um pente-fino rigoroso para calcular o custo do Perse. Ele ponderou que tem todo contribuinte, que deixa de pagar um tributo, informa por que está deixando de recolhê-lo.

Para desenhar o novo modelo de tributação do Perse, o Ministério da Fazenda está fazendo um estudo que visa identificar quais os segmentos dentro do setor de eventos ainda não conseguiram se recuperar.

Apesar do aumento do faturamento das empresas beneficiadas pelo Perse após o fim da pandemia, o ministro acabou dando uma pista de como poderá ser a reformulação. O programa pode ganhar um limite baseado no tamanho das receitas das empresas.

Segundo Haddad, outras alternativas foram debatidas para dar mais foco ao Perse. Entre as opções sinalizadas por ele, estão uma maior rigidez quanto aos Cnaes (Classificação Nacional das Atividades Econômicas, que determina o setor da companhia) autorizados a participar, um limite para a renúncia no programa e uma trava correspondente ao prejuízo declarado pelo contribuinte.

"Renunciar a mais do que ele próprio reconheceu como prejuízo não tem sentido", afirmou o ministro.

Hoje, há 1 mil empresas beneficiadas pelo programa. O faturamento das empresas antes da pandemia, em 2019, era de R\$ 146 bilhões. Em 2022, subiu para R\$ 220 bilhões. Porém, Haddad, os dados mostram que o setor já se recuperou e que mais empresas além do devido estão se beneficiando do incentivo fiscal.

O benefício do Perse zerou todos os tributos federais (IRPJ, CSLL, PIS e Cofins) em um setor que já se recuperou e continua crescendo. E com base nesse argumento que a equipe econômica tentou, sem sucesso, convencer os senadores e deputados a extinguir o programa.

O ministro disse não saber ainda qual será a medida compensatória para a manutenção do Perse e garantir o cumprimento da meta zero de déficit das contas públicas.

A URV e a queda da inflação com expansão monetária

Há 30 anos, a URV entrava em cena, e a batalha contra a inflação começava a ser vencida

Bernardo Guimarães

Doar em economia por 10%. Prof. Marcos de Vasconcelos, Ronaldo Lemos | Text. Michael França, Cecilia Machado | J. Quil. Bernardo Guimarães | J. Quil. Cida Bente, Selango Sene | S. Quil. André Ronçaglia | S. Quil. Marcos Mendes, Rodrigo Zeidan

Há 30 anos, em 1º de março de 1994, entraria em vigor a URV. Esse seria o primeiro capítulo de uma bela história de sucesso de política econômica no Brasil. Há tempos vivemos num mundo de inflação anual de um dígito, e às vezes parece até que nem poderia ser diferente. Mas, quando a URV foi lançada, a sensação era outra. Hávamos assistido a uma série de chamados choques heterodoxos, que seguiam sempre o mesmo roteiro. No papel do Colômbio, um ministro anunciava um plano infalível, a inflação caía na hora, mas voltava forte no ano seguinte, deixando a economia machucada.

Esses planos começavam com congelamento e tabelamento de preços — rigidos do governo determinavam o preço do feijão e da água mineral. Alô, feijão caro, não aquece. O que fazer? Um ministro aparecia no noticiário no papel de herói, caçando boi na fazenda. Questões fiscais e monetárias recebiam menos atenção. Não tinha como dar certo. Quando ouvimos, em 1994, sobre outro plano para debelar a inflação, a sensação era que já havíamos visto o filme. Com inflação baixa, ficava um plano infalível, a inflação caía na hora, mas voltava forte no ano seguinte, deixando a economia machucada.

Em março de 1994, passamos a cotar tudo em URV, uma espécie de moeda fictícia forte, que mantinha seu valor real enquanto o cruzado



Fonte: psadata

real, moeda da época, se desvalorizava diariamente. O salário mínimo, por exemplo, valia umas 65 URV.

Em 1º de julho de 1994, a URV

virou o real, nossa nova moeda. Nos primeiros seis meses daquele ano, a inflação mensal havia sido sempre superior a 42%. Com o início do Plano Real, caiu para 7% em julho e menos de 2% em agosto.

O gráfico mostra a base monetária (quantidade de moeda na economia) como proporção do PIB a cada semestre entre 1992 e 1996. Há um claro salto na quantidade de moeda exatamente entre o primeiro e o segundo semestre de 1994.

A inflação despenca, e a quantidade de moeda dobra. A primeira vista, isso parece estranho. De fato, expansão monetária e inflação tendem a andar juntas — a relação aparece muito claramente em épocas de inflação alta. Mas então por que a quantidade de moeda dobra quando a inflação despenca?

Quando a inflação é muito alta, ninguém quer ter dinheiro no bolso, empresas querem ter o mínimo possível em caixa. Afinal, uma nota de 100 vale R\$ 9 no fim da semana. Com inflação baixa, fica muito menos custoso carregar um punhado de notas no bolso ou um pouco de dinheiro para dar troco no caixa da loja.

O ponto aqui é que a inflação não despenca de quase 50%, em junho de 1994, para 2%, em agosto, porque o governo parou de emitir moeda — a emissão de moeda foi enorme — nem por alguma mudança em políticas fiscais ou cambiais.

A inflação desabou em meados de 1994 por causa da URV, que resolveu o problema da inércia sem os desequilíbrios nos preços relativos causados por tabelamentos e congelamentos, remédios que eram piores que a doença.

A URV foi o primeiro passo. Claro que nada disso garantia que a inflação não voltaria.

Muito mais seria preciso para o fim da inflação. Nos anos seguintes, teríamos juros altos, fluxos de capital estrangeiro aliados a uma âncora cambial, tentativas de ajustes fiscais... Houve erros e acertos no processo.

Se a URV marcou o início da vitória contra a inflação, o passo final para a estabilização da macroeconomia foi o regime de metas, que completaria 35 anos em junho. Mas esse é assunto para outra coluna. Esta semana é dia de URV.